

19 MAI 1988

Política

— CONSTITUINTE —

EDUCAÇÃO: O ACORDO, DESFEITO.

No plenário, surgiu a dúvida: quem financia as despesas. Lá fora, milhares de manifestantes.

Um impasse sobre quem financiará a merenda e o transporte escolar, a saúde ao educando e o material didático a ser distribuído entre os alunos impediu que o capítulo que trata da Educação fosse votado ontem. Um acordo havia sido fechado no início da tarde entre o Centrão, PMDB e os partidos de esquerda, mas foi rompido em plenário quando os parlamentares que negociaram a seguridade social, liderados por Euclides Scalco (PMDB-PR) e Almir Gabriel (PMDB-PA), anunciaram que esses programas teriam de ser cobertos com os 18% que a União destinará à Educação, juntamente com os 25% que serão repassados pelos Estados e municípios, e não com as verbas do Finsocial, como acontece hoje.

"Esse apoio suplementar ao educando, com recursos do Finsocial, não existia no texto da Sistematização" — disse Scalco, acrescentando que "o Centrão introduziu isso no texto e a esquerda gostou, esquecendo-se de que esse dinheiro já tinha outro fim, que é cobrir todos os benefícios aprovados no dia anterior, inclusive para os aposentados e pensionistas". Segundo ele, "se a seguridade social ainda for financiar a merenda escolar e a saúde ao educando, vai faltar dinheiro para comprar remédio nos hospitais e pagar salário de aposentado".

A alegação do deputado Octávio Elísio (sem partido-MG), que defende a Educação, é de que apesar da alíquota para o setor ter ampliado de 13% para 18%, os valores repassados não aumentarão por causa da reforma tributária, que diminuiu a receita da União. Neste momento, chegou o senador Mário Covas e contrapôs dizendo que em compensação os Estados e municípios passarão a aplicar, no mínimo, 25% dos seus orçamentos na Educação, o que beneficiará em muito o setor. O deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), discorda da idéia e lembra que merenda escolar é saúde preventiva e que, portanto, quem deve financiá-la é a seguridade social. O assunto entretanto, ficou para ser fechado em nova reunião a ser realizada hoje, a partir das 10 horas, no gabinete do senador Mário Covas.

Acordo

Entre os pontos fechados estão a gratuidade do ensino público em todos os níveis, garantida pelos recursos a ser repassados pela União, Estados e municípios. O Centrão queria que todo o terceiro grau fosse pago mas acabou derrotado e foi permitida a cobrança apenas nas instituições oficiais criadas por lei estadual ou municipal, atendendo a um pedido do ex-ministro Jorge Bornhausen (PFL-SC). Mais adiante o PMDB conseguiu uma vitória ao garantir um plano de carreira que contivesse um piso salarial profissional para cada nível de ensino. O Centrão em seu texto falava apenas em condições dignas de pagamento ao magistério.

Outra novidade do texto refere-se ao trecho onde se fala que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. Isso quer dizer que o cidadão que não conseguir matricular seu filho na escola pública pode acionar o Estado. Foi considerado ainda dever do Estado garantir o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiverem acesso na idade própria.

A questão das bolsas de estudo também foi polêmica. Os parlamentares que se alinham à esquerda são contra. Na opinião deles, bolsas de estudos só para escolas filantrópi-

cas. O Centrão disse que não fechava acordo se o benefício fosse eliminado. A esquerda cedeu e as bolsas poderão ser concedidas em várias situações.

O salário-educação também foi objeto de muitas discussões. Ao final o Centrão venceu e o salário-educação poderá ser aplicado pela empresa no ensino fundamental de seus empregados e dependentes, na escola desejada.

Lobistas

A votação sobre o capítulo da Educação levou a Brasília cerca de 3.500 pessoas, formando um grupo de lobistas só comparável ao dos representantes da União Democrática Ruralista e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura para defender seus interesses quando da votação do capítulo da Reforma Agrária. Bem cedo, já às nove horas da manhã, professores, donos de escolas e estudantes circulavam pelo Congresso, conversando, articulando ou gritando palavras de ordem. Como o acordo não saiu, hoje tem mais.

O grupo mais numeroso pregava os princípios tirados pelo Fórum Nacional de Educação que, em novembro do ano passado, reuniu as associações de professores, estudantes, funcionários e pais de alunos. Defendem, principalmente, a destinação de verbas públicas exclusivamente para escolas públicas; gratuidade de escola pública em todos os níveis; autonomia para o ensino; administração colegiada das escolas; destinação de 18% da arrecadação federal para a educação. Têm como defensores na Constituinte os deputados Otávio Elísio (PMDB-MG); Florestan Fernandes (PT-SP); Hermes Zanetti (PMDB-RS); e Gumercindo Millhomen (PT-SP). Eram mais de três mil, mas do lado de fora do Congresso, "porque o Ulysses não deixou todo mundo entrar", reclamava a presidenta da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra), Vânia Galvão.

Desde cedo estudantes, professores e funcionários já se agitavam no Congresso. Alojados numa das salas do Anexo III da Câmara, o grupo resolveu realizar um trezinho pelo corredor do Anexo, cantando palavras de ordem. "Educação é pura obrigação" e "Arroz, feijão, saúde, educação" foram algumas delas. Quando o grupo saiu do corredor do Anexo III em direção ao plenário da Câmara, a segurança fechou as passagens, forçando os manifestantes a sair do Congresso. Em frente ao Congresso, foram realizadas as manifestações.

Articulação

Bem diferente era o trabalho dos que defendiam a manutenção do ensino privado. A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) levou ao Congresso um grupo de cerca de 300 donos de escolas, que limitava-se a assistir à votação, enquanto o presidente e o secretário-executivo da Fenen, Roberto Dornas e Bazzilli Anastassakis, buscavam articular no plenário, principalmente com o senador Áureo Mello (PMDB-AM). "Nós não queremos dinheiro do governo, nós só queremos que a responsabilidade em falir ou progredir seja exclusivamente nossa", diz Dornas. "Não dá para negociar por aí", responde o diretor da UNE, Carlos Eduardo Pereira.

Alheio a isso, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras tratava de articular um meio-termo entre as posições dos donos de escolas e as dos signatários do Fórum de Edu-



Fotos: Júlio Fernandes.



Desde cedo, manifestações em frente ao Congresso Nacional.

A polêmica do ensino gratuito

"Quanto maior o volume de recursos investidos no ensino público, maior será o desperdício." Esta é a opinião do presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, José Aurélio de Camargo, sobre o aumento do percentual dos recursos destinados pela União para o setor de Educação, de 13% para 18%, proposto pela Constituinte. Ele entende que tal aumento não terá qualquer reflexo positivo na qualidade do ensino público. E explicou:

— Sabemos que dois terços de toda a verba destinada pelo Estado para a educação são consumidos pela máquina burocrática existente no setor. O aumento desses recursos só fará crescer o desperdício, e se revelará inútil para a qualidade do ensino. Tenho certeza que, mesmo aumentando as verbas, o perfil educacional do setor público permanecerá como está, ineficiente e caro — sentenciou o presidente do sindicato das escolas.

Camargo também faz restrições à instituição da obrigatoriedade e gratuidade da pré-escola no ensino oficial — outra medida que deverá ser apreciada pela Constituinte. Segundo ele, além de o Estado não ter condições de oferecer uma boa pré-escola, a sua instituição acabará prejudicando ainda mais os outros níveis do ensino público. "Uma abrangência maior do Estado no setor", diz Camargo, "vai acentuar ainda mais sua ineficiência no primeiro e segundo graus, pois significará o desvio de recursos e pessoal para o nível a ser criado. Tudo isso, aumentando os gastos na área, que mais uma vez serão cobertos através de aumento de tributação em cima dos contribuintes".

O secretário-adjunto da Secretaria da Educação do Estado, Fernando Alvarenga, também acredita que o aumento no percentual a ser investido pela União em educação não terá qualquer reflexo para o setor. Mas sua explicação para isso é a de que, com a reforma tributária a ser implementada, a União teria menos recursos em seu poder. "Portanto", afirma, "os 18% propos-

tos significarão em termos absolutos de recursos os mesmos 13% destinados atualmente".

Na sua opinião, o crescimento das verbas para o setor poderia advir do aumento do repasse de recursos da União para os Estados e Municípios. Hoje, segundo ele, o Estado de São Paulo investe em educação 30% de toda a sua arrecadação, contra os 25% fixados pela legislação. "Com o aumento do repasse de tributos para o Estado, poderíamos aumentar os investimentos na área mantendo o mesmo percentual", prevê.

Quimera

Já a gratuidade do ensino nas universidades brasileiras "é uma simples quimera", para o reitor da Universidade de São Paulo, José Goldemberg. "Foi uma das teses da Revolução de 64 e nunca pôde ser colocada em prática, passados 24 anos", disse o reitor, para quem muitas das propostas referentes à educação, em discussão na Constituinte, "não passam de medidas pouco operacionais".

A Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de S. Paulo), por sua vez, acredita que o Estado tem condições de arcar com um ensino público gratuito em todos os níveis, inclusive nas creches. "Basta definir como vai ser tratada a verba pública e destiná-la às prioridades sociais", explicou a vice-presidente da entidade, Beatriz Pardi. Segundo ela, a dificuldade estará, no entanto, na definição de quem é rico ou pobre na universidade.

Mas o reitor da USP acredita que o Estado não tem condições de assumir as escolas privadas, ainda mais porque, segundo ele, apenas 30% dos alunos matriculados em cursos superiores frequentam escolas públicas.

— Os constituintes estão criando medidas que serviriam na Suíça. Eles se esquecem de que aqui é Biafra. Querem leis que todos nós defendemos, mas é preciso ver que, com elas, os encargos do Estado vão

aumentar muito e onerar os pobres e a população de modo geral com mais impostos — explicou, afirmando que a gratuidade da pré-escola é, todavia, factível, pois "não custa muito aos cofres públicos".

Elisa Toneto de Carvalho, do Movimento Pró-Educação das Escolas Públicas e Gratuitas, vai além: segundo ela, "o Estado de São Paulo, por ter maior arrecadação, tem condições de aplicar mais na educação. Basta saber administrar os recursos disponíveis". Para tanto, seria melhor que a verba da educação fosse destinada somente aos laboratórios, salas de aula e material de trabalho de alunos e professores. "A merenda, por exemplo, deveria ser paga com recursos da Saúde."

Plano caro

Lembrando que a verba pública "vem sendo mal aplicada" e defendendo sua destinação ao ensino público, o reitor da USP considerou o plano de carreira — uma das propostas discutidas pelos constituintes — "muito caro". "Ele acaba encorajando o corporativismo. E, além disso, é matéria para lei ordinária", afirmou Goldemberg. Beatriz Pardi, por sua vez, também fez algumas críticas ao projeto: para ela, a valorização do magistério deve ter como critério a preparação e o aperfeiçoamento profissional do professor. Ela explicou que a Apeoesp tem como bandeira uma "carreira aberta para os professores", para que não tenham de mudar de cargo passando do cargo de professor para o de diretor para conseguir melhor salário.

O reitor da USP se mostrou pouco receptivo à proposta de se garantir a concessão de bolsas de estudo, em escolas privadas, a alunos carentes que não tenham conseguido matrículas na rede pública. Para tanto, o poder público destinaria parte da verba total para garantir essas vagas nas escolas privadas. "Se o governo tem recursos suficientes para dar bolsas, que crie então mais escolas gratuitas", reagiu Goldemberg.